



GT 62. Novos conservadorismos, populismos e liberalismos: perspectivas etnográficas

Coordenador(es):

Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Piero de Camargo Leirner (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

A presente década tem sido marcada pela ascensão de lideranças políticas representando a chamada extrema ou nova direita, alt-right, entre outras denominações. É o caso de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil. Esses atores têm realizado investidas no debate público, intensificando controvérsias e desafiando noções e categorias já canonizadas na epistemologia científica, política, social, filosófica e econômica, tais como “direitos” e “democracia”. Na literatura antropológica e de áreas afins, assim como na esfera pública mais ampla, esses processos têm sido abordados através das chaves analíticas dos “novos” conservadorismos, populismos e liberalismos, em autores como Jean e John Comaroff, Loic Wacquant, Wendy Brown, Melinda Cooper, Philip Mirowski, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Judith Butler, Veena Das, Achille Mbembe, Bruno Latour, Nancy Fraser. O GT pretende oferecer um fórum para discussão de pesquisas antropológicas que vêm abordando essa constelação a partir de múltiplos ângulos, incluindo, mas não se limitando a: novas direitas, bolsonarismo, lavajatismo, cultura neoliberal, intervencionismo militar, terraplanismo, comunicação e mídias digitais, movimentos sociais, novas formas de ativismos, conservadorismo religioso, fake news e pós-verdade. Procuramos preferencialmente trabalhos de cunho etnográfico realizados no Brasil, ou em perspectiva comparada, mas consideraremos também pesquisas de outras ordens, e realizadas em outros países.

"Agitação fascista" e seus discursos de ódio contra minorias nas redes sociais da Internet: o uso da fake news como modo de fazer política na esfera pública digital

Autoria: Fábio Roberto da Nóbrega Júnior (UnB - Universidade de Brasília)

Este work se interessa pela associação entre os fenômenos da ascensão da extrema direita (ou alt-right) e da proliferação de fakes news, como marcadores das atuais crises das democracias, em vários países. No Brasil, a atuação das forças conservadoras na política nutrida por regimes de “pós-verdade” ganham fôlego com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República, em 2018. As redes sociais da Internet constituem aparatos disseminadores de notícias falsas em favor da manipulação social da opinião pública. Apesar das redes de interações online possuírem regras de convivência, o Judiciário brasileiro não dispõe de dispositivos para coibir a difusão de informações falsas nesses espaços, corroborando para distorções no processo eleitoral. De um modo geral, os eleitores seriam atraídos pela confiabilidade da notícia. Contudo, essa lógica se inverte com as chamadas fake news, visto que essas não têm compromisso com a veracidade, mas com o caráter sensacionalista e populista do conteúdo mediatizado. A indústria de notícias falsas se beneficia de ambientes políticos polarizados contribuindo para desinformação da população. Inseridos numa sociedade da informação onde se proliferam contextos de esferas públicas digitalizadas, nos deparamos tanto com o aumento de acessos a informações como de possibilidades de desvirtuamento de seu conteúdo. Assim, a multiplicidade de fontes informativas em plataformas digitais não necessariamente fortalece o debate público durante pleitos eleitorais quando operam para confundir, enganar o eleitor ao aliciá-lo utilizando ferramentas de montagem de imagens e discursos falaciosos em prol de um ator político. Neste sentido, constatamos o avanço da “patologização da esfera pública contemporânea” cuja evidência robusta está na expressividade da “agitação fascista” em discursos de ódio contra minorias em redes de sociabilidades na Internet. A pesquisa foi realizada no ciberespaço com a adoção do método da etnografia virtual em três grupos



bolsonaristas no Facebook e em dois no WhatsApp. Operamos com a técnica de observação de mensagens, áudios, imagens, memes e GIFs. Buscamos articular teoria crítica a uma fenomenologia dos registros morais acerca do mundo LGBT segundo os pesquisados. A semântica gerada pelas interações entre os internautas nesses espaços aponta para negação de reconhecimento dos direitos e modos de existência de indivíduos que escapam à heteronormatividade.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: